



**DECRETO-LEI N.º 11 /2017**

**de 29 de Março**

**REGIME DE UTILIZAÇÃO DAS LÍNGUAS  
OFICIAIS NO SECTOR DA JUSTIÇA**

O presente decreto-lei aprova o regime da utilização das línguas oficiais no sector da justiça, dando cumprimento a um dos objectivos estratégicos da política do Governo para o sector da justiça, assente na promoção do acesso ao direito e à justiça, da boa administração da justiça e da defesa dos direitos dos cidadãos.

O Plano Estratégico do Sector da Justiça (PESJ 2010-2030) identifica a implementação da política de línguas no sector da justiça como umas das principais estratégias para a promoção do acesso ao direito e à justiça, facilitando a disponibilização e o acesso aos serviços da justiça e promovendo o conhecimento dos direitos junto dos cidadãos.

No mesmo sentido, dispõe o Programa do VI Governo Constitucional, ao referir, na linha sectorial da Justiça, que o Governo dará “(...) especial atenção à criação de medidas que transformem o sistema jurídico num sistema efectivamente bilingue, através da promoção da tradução jurídica das leis, com vista a garantir a plena e igual utilização de ambas as línguas oficiais, a par com o desenvolvimento do tétum jurídico, enquanto condições essenciais de acesso à

**DEKRETU-LEI N.º 11/2017**

**29 Marsu**

**REJIME HODI UTILIZA LIAN OFISIÁL SIRA  
IHA SETÓR JUSTISA**

Dekretu-lei ida-ne'e aprova rejime utilizaun lian ofisiál sira iha setór justisa, hodi kumpre objetivu ida hosi objetivu estratéjiku sira polítika Governu nian ba setór justisa, ne'ebé haree liu iha promosaun ba asesu direitu no justisa, administrasaun justisa ne'ebé di'ak no defeza direitu sira sidadaun nian.

Planu Estratéjiku Setór Justisa nian (PESJ 2010-2030) hatada implementasaun polítika kona-ba lian sira iha setór justisa ne'ebé sai hanesan estratéjia prinsipál ida hosi hirak seluk nune'e promove asesu ba direitu no justisa, fasilita disponibilizasaun no asesu ba servisu sira justisa nian no promove koñesimentu jurídiku ba sidadaun sira.

Ho hanoin hanesan, hatuur mós iha Programa VI Governu Konstitusionál, ne'ebé, iha liña setoriál Justisa, dehan katak Governu sei fó “(...) atensaun esepiál ba kriaun medida sira hodi hafila sistema jurídiku ba sistema ida-ne'e la'o kmanek ho lian rua, liuhosi promosaun tradusaun jurídika ba lei sira ho objetivu atu garante utilizaun tomak no hanesan lian ofisiál rua ne'e, hodi la'o sorin-sorin ho dezvoltimentu tetun jurídiku, ne'ebé sai hanesan

justiça e ao conhecimento do direito por parte dos cidadãos timorenses”.

Alinhado por esse ideal está também o Plano Estratégico do Desenvolvimento (PED 2011-2030) que, após identificar o acesso à justiça por parte de todos os cidadãos como um dos objectivos de Timor-Leste, determina um conjunto de medidas essenciais com vista a tornar os serviços do sector da justiça disponíveis a todos os cidadãos e o acesso eficiente e eficaz à justiça e aos serviços jurídicos. Entre essas medidas, prevê-se, no domínio da elaboração das leis, que todas as leis sejam traduzidas e publicadas em tétum e português, bem como que seja desenvolvida terminologia jurídica em tétum.

Nessa conformidade, cabe ao Ministério da Justiça, por inerência do cumprimento das suas atribuições próprias, a responsabilidade pela implementação da política de línguas do Governo para o sector da justiça, tanto no domínio da elaboração das leis, como no âmbito dos processos judiciais e na prestação dos serviços de justiça e respectivos procedimentos administrativos.

Tal objectivo da política de justiça do Governo assenta na plena e igual utilização das duas línguas oficiais nas áreas do direito e da justiça, e tem por base duas metas principais: por um lado, favorecer o acesso ao conhecimento das leis e dos direitos por parte dos cidadãos, através da publicação bilingue das leis; e, por outro lado, promover os direitos e a protecção jurídica dos cidadãos, disponibilizando

kondisaun esensial ba sidadaun timoroan sira hodi hetan asesu ba justisa no iha koñesimentu ba direitu”.

Hanoin ida ne'e, tau mós iha Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu (PED 2011-2030), hafoin identifika asesu sidadaun sira-nian ba justisa sai hanesan objetivu ida Timor-Leste nian, determina medida esensial lubuk ida ho objetivu atu halo servisu sira justisa nian sai disponivel ba sidadaun tomak no asesu efisiente no efikás ba justisa no servisu jurídiku sira. Hosi medida hirak ne'e, prevee, iha domíniu elaborasaun lei, katak lei sira hotu presiza tradús no publika iha tetun no portugés, nune'e mós dezenvolvimentu ba terminolojia jurídiku iha tetun.

Konforme buat ne'ebé dehan ona, nu'udar responsabilidade Ministériu Justisa nian hodi kumpre ninia atribuisaun sira, nune'e implementa Governu nia política lian sira ba setór justisa, iha domíniu hakerek lei nune'e mós iha ámbitu prosesu judisiál sira no prestasaun servisu sira justisa nian no prosedimentu administrativu sira rasik.

Objetivu política justisa Governu nian ida-ne'ebá haree liu ba utilizasaun tomak no hanesan lian ofisiál rua iha área direitu no justisa, no bazeia ba meta prinsipál rua: ida, favorese asesu ba sidadaun sira hodi koñese lei no direitu sira, liuhosi publikasaun lei sira ho lian rua; no rua, promove direitu no protesaun jurídika ba sidadaun sira, hodi disponibiliza hamutuk

junto dos tribunais e demais instâncias judiciais serviços de tradução e de interpretação devidamente qualificados e competentes, e bem assim, adotando procedimentos de natureza bilingue, junto dos serviços públicos da justiça.

Por sua vez, a igualdade de estatuto das duas línguas oficiais decorre, desde logo, da Constituição da República ao definir a língua portuguesa e a língua tétum como línguas oficiais, impondo a sua utilização plena e igual.

Apesar disso, a língua portuguesa tem desempenhado um papel dominante na definição do sistema jurídico e, em consequência, na consolidação do sistema de justiça. E se daí decorrem vantagens inquestionáveis, como uma maior segurança jurídica do próprio ordenamento jurídico, também é verdade que daí resultam algumas fragilidades que entravam o acesso à justiça e ao direito por parte dos cidadãos, atentas as dificuldades sentidas na compreensão da língua portuguesa por parte de muitos cidadãos, quer no plano social e cultural, quer no plano profissional e jurídico.

Por outro lado, reconhecendo-se que a oficialização do tétum foi acompanhada por um esforço considerável para o seu desenvolvimento e padronização, torna-se agora indispensável adoptar medidas que possibilitem a transformação do sistema jurídico vigente, até então praticamente unilingue, num sistema apto a exprimir-se e a funcionar, com o mesmo rigor e segurança, em ambas as línguas

iha tribunál sira nomós instánsia judisiária hirak seluk servisu tradusaun no interpretasaun ne'ebé kualifikadu no kompetente, no nune'e mós adota prosedimentu ho natureza bilinge, iha servisu públiku sira justisa nian.

Ba ida-ne'e, igualdade estatutu lian ofisiál rua hatuur ona iha Konstituisaun Repúblika ne'ebé define katak Dalen-Portugés no Dalen-Tetun sai nu'udar lian ofisiál sira ne'ebé impoin atu utiliza tomak no ho hanesan.

Maske nune'e, Dalen-Portugés dezempeña papél dominante iha definisaun sistema jurídku no, ho konsekuénsia, iha konsolidasaun sistema justisa nian. No hosi ne'ebá maka hamosu vantajen sira ne'ebé la bele kestiona, hanesan seguransa jurídika boot ida ba ordenamentu jurídika rasik, nomós loos duni katak hosi ne'ebá hamosu frajilidade balu ne'ebé tama tiha ba asesu sidadaun sira-nian iha justisa no direitu, haree ba difikuldade sira-ne'ebé sidadaun barak sente iha komprensaun Dalen-Portugés, iha área sosiál no kultura, hanesan mós iha área profesionál no jurídku.

Hosi sorin seluk, rekoñese hela katak ofisializasaun Dalen-Tetun nian la'o hamutuk ho esfosu konsideravel ida atu haburas no hatuur banati ida, maka agora ne'e prezisa duni atu adota medida hirak ne'ebé bele halo transformasaun sistema jurídku vijente, ne'ebé to'o daudaun ne'e sei ho lian ida de'it, sai ba sistema ida ne'ebé aptu hodi esprime no

oficiais.

Assim, uma das principais medidas que importa, desde logo, assegurar é a elaboração das leis numa das línguas oficiais e a sua publicação em modelo bilingue, aliás em confirmação daquilo que se encontra já estabelecido nos termos da Lei n.º 1/2002, de 7 de Agosto, sobre a publicação dos actos, que determina que o Jornal da República é publicado em ambas as línguas oficiais, devendo as versões em português e em tétum ser publicadas lado a lado.

Na verdade, até à presente data, praticamente todos os actos normativos são redigidos, aprovados e publicados em língua portuguesa, configurando um sistema unilingue que, apesar de moderno e abrangente, não é compreendido pela maioria dos cidadãos.

Por outro lado, a inexistência de um vocabulário jurídico suficientemente denso e abrangente em língua tétum, capaz de garantir a uniformidade de conceitos da linguagem e do ordenamento jurídico, também não ajuda à consolidação do modelo bilingue do sistema jurídico timorense.

Para tal, é necessário dinamizar a construção de uma linguagem jurídica própria do direito timorense em língua tétum, promovendo o seu desenvolvimento, enquanto base indispensável à tradução da legislação e à redacção das leis em tétum, dentro do espírito do sistema jurídico vigente.

A tradução jurídica surge assim como um pressuposto

funsiona, ho rigór duni no seguransa hanesan, iha lian ofisiál sira-ne'e.

Nune'e, medida ida hosi hirak seluk ne'ebé importante uluk kedas maka asegura elaborasasaun lei sira ho lian ofisiál rua ne'e ida no publikasaun ho modelu lian rua, hodi la'o hanesan ho ida-ne'ebé maka determina ona iha Lei n.º 1/2002, 7 Agostu, kona-ba publikasaun aktu sira, ne'ebé determina katak *Jornál Repúblika* sei publika iha lian ofisiál sira, versaun português no tetun tenke publika sorin sorin hamutuk.

Loloos maka, to'o daudaun ne'e, aktu normativu sira sei hakerek, aprova no publika hela iha Dalen-Portugés, ne'ebé konfigura sistema ho lian ida de'it, maske modernu no abranjente, sidadaun barak maka la kompriende.

Hosi sorik seluk fali maka la iha vokabuláriu jurídiku ne'ebé densu no abranjente natoon iha Dalen-Tetun, ne'ebé bele garante uniformidade konseitu sira linguajen nian no ordenamentu jurídiku, nomós la tulun hodi hametin modelu bilinge sistema jurídiku timór nian.

Ba ida-ne'ebá, presiza atu dinamiza konstrusaun ba linguajen jurídika rasik ida ba direitu timór nian ho Dalen-tetun hodi promove ninia dezvoltamentu, bainhira sai nu'udar baze ne'ebé presiza ba tradusaun lejislasaun no redasaun lei sira ho Dalen-tetun, haktuir espíritu sistema jurídiku ne'ebé la'o hela.

Tradusaun jurídika sai hanesan presupostu esensiál

essencial para que se possa dar verdadeiro estatuto oficial à língua tétum, sendo também condição essencial à sua própria identidade. Só através da tradução das leis para língua tétum se pode possibilitar à maioria dos cidadãos o conhecimento directo do direito que rege a sua vida e, bem assim, criar uma linguagem própria do direito timorense em língua tétum.

Não obstante, numa situação óptima de bilinguismo, que se deseja, não basta traduzir a legislação para língua tétum, sendo também necessário garantir a possibilidade de o próprio texto poder ser também criado em língua tétum. Tal é a finalidade da produção bilingue e neste sentido terá de caminhar o processo legislativo se se quiser dar mais consistência ao ordenamento jurídico timorense.

Por sua vez, a utilização das duas línguas oficiais é também condição essencial da garantia do acesso à justiça, pelo que importa criar mecanismos que permitam usar ambas as línguas com a mesma segurança e certeza no sistema judiciário, em especial enquanto medida de promoção dos direitos das pessoas no âmbito do processo penal.

A existência de serviços de tradução e de interpretação jurídica assume-se como um instrumento valiosíssimo junto dos tribunais e demais autoridades judiciais, sendo essencial promover a adopção de procedimentos para que os processos e os actos judiciais possam decorrer em qualquer uma das línguas oficiais, bem como garantir a interpretação

atu bele fó loloos estatutu ofisiál ba Dalen-tetun, ne'ebé sai mós nu'udar kondisaun esensiál ba ninia identidade rasik. Liuhosi de'it hosi tradusaun lei sira ba Dalen-tetun maka bele fasilita sidadaun barak atu koñese kedas direitu sira ne'ebé regula sira-nia vida no, nune'e mós, kria linguajen rasik ida direitu timór nian iha Dalen-tetun.

Maibé, iha situasaun óptima ho lian rua ne'ebé mehi ba, la natoon atu tradús de'it lejizlasaun sira ba Dalen-tetun, presiza mós atu garante possibilidade testu nian atu kria mós iha Dalen-tetun. Ida-ne'ebá maka finalidade hosi produsaun ho lian rua no iha-ne'e tenke halo la'o prosesu lejizlativu se hakarak fó konsisténsia liu tan ba ordenamentu jurídiku timór nian.

Ba ida-ne'e, utilizaun lian ofisiál sira sai mós nu'udar kondisaun esensiál atu garante asesu ba justisa, ne'ebé importante atu kria mekanizmu hirak ne'ebé permite atu uza lian rua ne'e ho seguransa no serteza hanesan iha sistema judisiáriu, ho espesiál bainhira nu'udar medida atu promove direitu sira ema nian iha ámbitu prosesu penál.

Ezisténsia servisu tradusaun no interpretasaun jurídika nian sai hanesan instrumentu valiozu tebes hamutuk iha tribunál sira no autoridade judisiária hirak seluk, ne'ebé nu'udar esensiál atu promove adosaun prosedimentu sira atu prosesu no aktu judisiál sira bele realiza iha kualkér lian ofisiál sira ida, nune'e mós hodi garante interpretasaun ba

das audiências de julgamento e a tradução das peças processuais essenciais, pois só assim se respeitará, no sistema judiciário, o pleno estatuto oficial de ambas as línguas.

Outras das medidas fundamentais que se considerou foi a necessidade de promover a adoção de procedimentos em formato bilingue nos principais serviços da justiça, em especial daqueles que prestam serviços públicos aos cidadãos, que interagem quotidianamente os seus direitos, como sejam os serviços dos registos e notariado, das terras e propriedades, da Defensoria Pública ou das autoridades policiais.

Neste âmbito, relembra-se o teor da Resolução do Parlamento Nacional n.º 24/2010, sobre o uso das línguas oficiais, e a recomendação aí feita ao Governo para a prossecução de uma efectiva política bilingue na Administração Pública, promovendo o uso das línguas oficiais em todos os seus domínios de actuação e criando as condições adequadas para tal em todos os organismos e serviços públicos, nomeadamente através de um maior investimento nos serviços de tradução e interpretação.

Ainda no plano da formação e ensino das línguas, prevê-se a obrigatoriedade do ensino de ambas as línguas oficiais nos cursos de formação dos agentes e profissionais da justiça, com o que se espera reforçar um sistema de justiça bilingue, a partir da formação dos seus profissionais, e assim contribuir para a melhoria da compreensão e da aplicação da lei e do

audéncia sira julgamentu nian no tradusaun pesa prosesuál esensiál sira, tanba ho nune'e de'it maka sei respeita tomak estatutu ofisiál lian rua ne'e nian iha sistema judisiáriu.

Medida fundamentál hirak seluk ne'ebé konsidera tiha maka nesesidade atu promove adosaun prosedimentu sira ho formatu lian rua iha servisu prinsipál sira justisa nian, liuliu servisu hirak ne'ebé presta servisu públiku ba sidadaun sira, ne'ebé interaje loron-loron sira-nia direitu, maka hanesan servisu rejistu no notariadu, rai no propriedade, Defensoria Pública ka autoridade polisiál sira.

Iha âmbito ida-ne'e, hanoin hikas fali konteúdu Rezolusaun Parlamentu Nasionál n.º 24/2010, kona-ba utilizaun lian ofisiál sira, no iha-ne'ebá halo tiha rekomendasun ba Governu atu prosege polítika bilinge ho efetiva ida iha Administrasaun Pública, no promove utilizaun lian ofisiál sira iha ninia domíniu atuasaun no kria kondisaun adekuada sira iha organizmu no servisu públiku sira, liuliu liuhosi investimentu boot iha servisu tradusaun no interpretasaun.

Iha área formasaun no ensinu lian nian, prevee obrigatoriedade ba ensinu lian ofisiál rua iha kursu sira formasaun nian ba ajente no profesionál justisa, ho ne'e hein katak atu haforsa sistema justisa ida ho lian rua, hahú hosi formasaun ba ninia profesionál sira, no nune'e kontribui atu hadi'ak komprensaun no aplikasaun lei no direitu.

direito.

Na verdade, temos por certo que, para que ambas as línguas tenham efectivamente igual estatuto e força legal, tanto no âmbito do processo legislativo como em sede do sistema judiciário e dos serviços da justiça, é indispensável que se promova um serviço de tradução jurídica de qualidade, o que se faz no âmbito das competências próprias do Ministério da Justiça, através do Departamento de Tradução Jurídica da Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação.

Neste ponto, cabe destacar, o trabalho pioneiro que tem sido desenvolvido pelo Ministério da Justiça, através do seu Departamento de Tradução Jurídica da Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação, que, desde 2012, garante a tradução para língua tétum de todos os diplomas legislativos por si produzidos. Ainda nos termos do presente diploma, com vista a garantir a dinamização da tradução jurídica e o desenvolvimento do vocabulário jurídico em língua tétum, é criado o Conselho Especializado para o Desenvolvimento do Tétum Jurídico (CEDTJ), um órgão de natureza técnica, destinado a promover a utilização plena e efectiva das duas línguas oficiais, a elaboração e a publicação bilingue dos actos normativos, a criação e o desenvolvimento de uma linguagem própria do direito timorense em língua tétum e assim servir a consolidação do sistema jurídico e o acesso ao conhecimento do direito e à justiça.

Com vista a facilitar a implementação das medidas previstas, é prevista a elaboração do plano de acção e

Loloos ne'e, ita iha serteza katak, atu lian rua ne'e iha estatutu no forsa legál hanesan, iha ámbitu prosesu lejizlativu nomós iha sede sistema judisiáriu no servisu sira justisa nian, presiza atu promove servisu tradusaun jurídika ho qualidade, buat ida-ne'e sei halo de'it iha ámbitu kompeténsia rasik Ministériu Justisa nian, liuhosi Departamentu Tradusaun Jurídika, Diresaun Nasionál Asesoria Jurídika no Lejizlasaun.

Iha pontu ida-ne'e, importante atu temi kona-ba traballu pioneiru ne'ebé Ministériu Justisa dezenvolve ona hori uluk to'o daudaun ne'e, liuhosi Departamentu Tradusaun Jurídika, Diresaun Nasionál Asesoria Jurídika no Lejizlasaun ne'ebé dezde 2012, garante tradusaun ba Dalen-tetun diploma lejizlativu sira ne'ebé nia prodús. Haktuir diploma ida-ne'e, ho objetivu atu garante dinamizasaun tradusaun jurídika no dezenvolvimentu vokabuláriu jurídiku iha Dalen-tetun, sei kria Konsellu Espesializadu ba dezenvolvimentu Tetun Jurídiku (KEDTJ), nu'udar órgaun ida ho natureza téknika, ne'ebé dedika-an hodi promove utilizaun plena no efetiva lian ofisál rua ne'e, elaborasaun no publikasaun ho lian rua ba aktu normativu sira, kriasaun no dezenvolvimentu linguajen ida rasik Direitu Timór nia iha Dalen-tetun no nune'e hodi konsolida sistema jurídiku no asesu ba koñesimentu direitu no justisa.

Ho objetivu atu fasilita implementasaun medida hirak-ne'ebé prevee ona, ko'alia kona-ba elaborasaun

do respectivo orçamento, cuja aprovação é da competência do Ministro da Justiça, determinando-se ainda, em sede orçamental, que as disposições que impliquem previsão e disponibilidade orçamental entram em vigor apenas com a entrada em vigor da lei do Orçamento do Estado para o ano de 2018.

Foram ouvidos os Tribunais, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Polícia Científica de Investigação Criminal e os organismos da Administração Pública relevantes, nomeadamente, a Presidência do Conselho de Ministros, o Ministério do Interior, o Ministério das Finanças, o Ministério da Educação e ainda o Parlamento Nacional, a Presidência da República e o Instituto Nacional de Linguística.

Assim, o Governo decreta, ao abrigo do n.º 3 do artigo 115.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1.º**

**Objecto e finalidade**

1. O presente decreto-lei aprova o regime de utilização das línguas oficiais no sector da justiça.
2. Os órgãos e serviços do sector da justiça utilizam as línguas oficiais de modo igual e pleno no exercício da sua actividade, nomeadamente no domínio da elaboração dos actos normativos, no âmbito dos processos judiciais e no procedimento administrativo dos seus serviços.
3. O regime constante do presente decreto-lei visa

ba planu asaun no orsamentu rasik ne'ebé Ministériu Justisa maka iha kompeténsia hodi halo aprovasaun hodi determina mós, iha sede orsamentál, katak dispozisaun sira-ne'ebé implika previzaun no disponibilidade orsamentál hahú vigora de'it bainhira lei Orsamentu Estadu ba tinan 2018 hahú hala'o knaar ho kbiit legál.

Rona tiha Tribunál sira, Ministériu Públiku, Defensoria Pública, Polísia Sientífika Investigasaun Kriminál no organizmu relevante sira Administrasaun Pública nian, liuliu, Prezidénsia Konsellu Ministru, Ministériu Interiór, Ministériu Finansas, Ministériu Edukasaun nomós Parlamentu Nasionál, Prezidénsia Repúblika no Institutu Nasionál Linguística.

Nune'e, Governu dekreta, bazeia ba número 3 artigo 115.º Konstituisaun Repúblika, atu hetan kmanek nu'udar lei, hanesan tuirmai:

**KAPÍTULU I**  
**DISPOZISAUN JERÁL JERÁL**

**Artigo 1.º**

**Objetivu no finalidade**

1. Dekretu-lei ida-ne'e aprova rejime utilizasaun lian ofisiál sira iha setór justisa.
2. Órgaun no servisu sira setór justisa nian utiliza lian ofisiál sira ho modu hanesan no tomak bainhira ezerse sira-nia atividade, liuliu iha domíniu elaborasaun aktu normativu, iha âmbito prosesu judisiál no prosedimentu administrativu ninia servisu sira.
3. Rejime ne'ebé tau iha dekretu-lei ida-ne'e nia objetivu maka atu promove asesu ba justisa no

promover o acesso à justiça, o exercício e a defesa dos direitos dos cidadãos, bem como facilitar a disponibilização e o acesso aos serviços da justiça.

### **Artigo 2.º**

#### **Âmbito de aplicação**

1. O regime de utilização das línguas oficiais no sector da justiça aplica-se à actividade de todos os órgãos e serviços da administração da justiça no âmbito do procedimento legislativo, administrativo e judicial.
2. O regime previsto no presente decreto-lei aplica-se nomeadamente aos serviços da administração directa e indirecta do Ministério da Justiça, aos Tribunais, ao Ministério Público e à Procuradoria-Geral da República, à Defensoria Pública, à Polícia Científica de Investigação Criminal e ao Centro de Formação Jurídica e Judiciária.

### **Artigo 3.º**

#### **Princípio geral**

1. A língua portuguesa e a língua tétum, enquanto línguas oficiais, têm igual dignidade e são ambas meio de expressão válido de quaisquer actos no âmbito do sector da justiça e da actividade dos respectivos órgãos e serviços.
2. A igualdade de estatuto oficial das línguas portuguesa e tétum é efectivada de forma gradual e progressiva, de harmonia com as condições existentes para o efeito.

### **Artigo 4.º**

#### **Princípio da não discriminação em função da língua**

O acesso aos serviços e aos procedimentos da

ezersísiu no defeza ba diretu sira sidadaun nian, nune'e mós facilita disponibilizasaun no asesu ba servisu sira justis nian.

### **Artigo 2.º**

#### **Âmbitu aplikasaun**

1. Rejime utilizasaun lian ofisiál sira iha setór justisa sei aplika ba atividade sira órgaun no servisu hotu-hotu administrasaun justisa nian iha âmbito prosedimentu lejizlativu, administrativu no judisiál.
2. Rejime ne'ebé prevee iha dekretu-lei ida-ne'e sei aplika, liuliu, ba servisu administrasaun direta no indireta Ministériu Justisa nian, Tribunál, Ministériu Públiku no Prokuradoria-Jerál Repúblika, Defensoria Públika, Polísia Sientífika Investigasaun Kriminál no Sentru Formasaun Jurídika no Judisiária.

### **Artigo 3.º**

#### **Prinsípiu jerál**

1. Dalen-portugés no Dalen-tetun, bainhira nu'udar lian ofisiál, iha dignidade hanesan no rua-rua ne'e nu'udar meu espresaun válida hosi kualkér aktu sira iha âmbito setór justisa no atividade órgaun sira-nian rasik no servisu sira.
2. Igualdade estatutu ofisiál Dalen-portugés no Dalen-tetun sei halo efetiva ho forma graduál no progresiva, la'o hamutuk ho kondisaun ezistente sira ba ida-ne'e.

### **Artigo 4.º**

#### **Prinsípiu la diskriminasaun tan funsaun lian nian**

Asesu ba servisu sira no prosedimentu sira administrasaun nian iha setór justisa, liuliu, asesu ba

administração do sector da justiça, nomeadamente o acesso aos serviços públicos e à formação e ao emprego, é garantido em condições de igualdade, ninguém podendo ser discriminado em função de uma das línguas oficiais.

## **CAPÍTULO II**

### **UTILIZAÇÃO DAS LÍNGUAS OFICIAIS**

#### **Secção I**

##### **Domínio legislativo**

###### **Artigo 5.º**

###### **Elaboração dos actos normativos**

As propostas de lei, os projectos de decreto-lei, os projectos de decretos, de diplomas ministeriais, de regulamentos e de despachos e outros actos normativos necessários ao desenvolvimento das políticas de justiça, são redigidos numa das línguas oficiais e obrigatoriamente acompanhados da respectiva tradução na outra língua oficial.

###### **Artigo 6.º**

###### **Publicação**

Os actos normativos a que se refere o artigo anterior são publicados em ambas as línguas oficiais, nos termos da lei aplicável à publicação dos actos.

#### **Secção II**

##### **Domínio administrativo**

###### **Artigo 7.º**

###### **Relação dos serviços da administração com os cidadãos**

1. Os órgãos e os serviços da administração do sector da justiça utilizam as duas línguas oficiais nas suas

servisu públiku, formasaun no empregu, sei garante ho kondisaun hanesan, la iha ema ida maka bele hetan diskriminasaun haree ba funsaun lian ofisiál sira ida.

## **KAPÍTULU II**

### **UTILIZASAUN LIAN OFISIÁL SIRA**

#### **Seksaun I**

##### **Domíniu lejizlativu**

###### **Artigo 5.º**

###### **Elaborasaun aktu normativu sira**

Proposta lei, projetu sira dekretu-lei, projetu dekretu dekretu sira, diploma ministeriál, regulamentu, despaxu no aktu normativu hirak seluk ne'ebé nesesáriu hodi dezenvolve polítika justisa, sei hakerek ho lian ofisiál sira ida no ho obrigatóriu atu akompaña tradusaun rasik iha lian ofisiál ida seluk.

###### **Artigo 6.º**

###### **Publikasaun**

Aktu normativu sira-ne'ebé refere iha artigu liubá sei publika iha lian ofisiál rua, haktuir lei aplikavel ba publikasaun aktu sira.

#### **Seksaun II**

##### **Domíniu administrativu**

###### **Artigo 7.º**

###### **Relasaun entre servisu sira administrasaun nian ho sidadaun sira**

1. Órgaun no servisu sira administrasaun setór justisa nian utilliza lian ofisiál rua iha sira-nia

relações com os cidadãos.

2. Todos têm o direito de se dirigir numa das línguas oficiais, oralmente ou por escrito, a qualquer órgão ou serviço da administração do sector da justiça, e a receber a resposta na língua oficial da sua opção.

3. O procedimento administrativo é conduzido nos termos da lei aplicável numa das línguas oficiais, podendo sê-lo na língua do interessado ou na língua por si escolhida mediante acto de vontade expresso.

4. A passagem de certidão de acto notarial ou registal ou de documento constante de arquivo público ou de processo administrativo é acompanhada de tradução emanada da entidade certificante quando a língua do acto ou documento, sendo oficial, não seja a língua de opção do interessado, e sem encargos adicionais para este.

5. O disposto nos números anteriores também se aplica à actividade de natureza administrativa desenvolvida no âmbito dos tribunais.

### **Artigo 8.º**

#### **Documentação**

Todos os impressos, procedimentos, formulários ou documentos de natureza análoga facultados pela administração no âmbito dos órgãos e serviços do sector da justiça são redigidos nas duas línguas oficiais.

### **Secção III**

#### **Domínio judiciário**

### **Artigo 9.º**

#### **Acesso à justiça**

1. Todos têm o direito de se dirigir numa das línguas

relasaun ho sidadaun sira.

2. Ema hotu-hotu iha direitu atu hakerek ho lian ofisiál sira ida, ho ko'alia ka ho hakerek, ba kualkér órgaun ka servisu administrasaun setór justisa nian, no atu simu resposta iha lian ofisiál tuir ninia hahilik.

3. Prosedimentu administrativu sei hala'o, haktuir lei aplikavel, iha lian ofisiál sira ida, bele iha lian ema-interesadu nian ka iha lian ne'ebé nia hili liuhosi aktu vontade espresa.

4. Pasajen sertidaun aktu notariál ka rejistu ka dokumentu konstante iha arkivu públiku ka prosesu administrativu sei akompaña ho tradusaun ne'ebé halo hosi entidade sertifikante bainhira lian aktu ka dokumentu nian, nu'udar ofisiál, la'ós nu'udar lian ne'ebé ema-interesadu hili, no laho enkargu adisionál ba ida-ne'e.

5. Buat ne'ebé hatuur iha número sira liubá sei aplika mós ba atividade ho natureza administrativa ne'ebé desenvolve iha tribunál sira.

### **Artigo 8.º**

#### **Dokumentasaun**

Impresu, prosedimentu, formuláriu ka dokumentu hotu-hotu ho natureza análogo ne'ebé administrasaun fornese tuir âmbito órgaun no servisu sira setór justisa nian sei hakerek iha lian ofisiál sira.

### **Seksaun III**

#### **Domíniu judisiáriu**

### **Artigo 9.º**

#### **Asesu ba justisa**

1. Ema hotu-hotu iha direitu atu hakerek iha lian ofisiál sira ida, ho ko'alia ka hakerek, ba tribunál ka órgaun judisiál sasá de'it no, iha-ne'ebá, sira

oficiais, oralmente ou por escrito, a qualquer tribunal ou órgão judicial e de, nele, compreenderem os actos processuais e aí serem compreendidos.

2. Não podem ser rejeitadas quaisquer peças processuais ou documentos de natureza análoga em razão da língua, quando redigidos numa das línguas oficiais, nos termos da lei aplicável.

#### **Artigo 10.º**

##### **Actos processuais**

1. A determinação da língua dos actos processuais, feita nos termos da lei aplicável, tem em conta o direito de escolha das partes e o superior interesse da realização da justiça.

2. Os actos processuais orais devem ser praticados na língua oficial comum dos participantes, sendo assegurada a interpretação ou tradução quando tal língua não exista.

3. Os magistrados e os funcionários judiciais devem promover a adopção e a utilização de instrumentos processuais bilingues.

#### **Artigo 11.º**

##### **Direito à interpretação e tradução em processo penal**

1. No âmbito do processo penal, sempre que a língua do processo não seja a língua do suspeito ou arguido e este não a possa compreender, é assegurada:

a) A interpretação durante a tramitação penal perante as autoridades de investigação e judiciais, inclusive durante os interrogatórios policiais, as audiências no tribunal e as audiências intercalares que se revelem necessárias;

sei komprende aktu prosesuál sira no iha-ne'ebá mós sei komprende sira.

2. La bele rejeita kualkér pesa prosesuál ka dokumentu sira ho natureza análoga tan razaun lian, bainhira hakerek iha lian ofisiál sira ida, haktuir lei aplikavel.

#### **Artigo 10.º**

##### **Aktu prosesuál**

1. Determinasaun ba lian aktu prosesuál sira-nian sei halo tuir lei aplikavel, ne'ebé sei haree mós ba direitu atu hili hosi parte sira no interese superiór hodi realiza justisa.

2. Aktu prosesuál orál sira tenke halo iha lian ofisiál komún partisipante sira-nian, ne'ebé sei asegura interpretasaun ka tradusaun bainhira lian ida-ne'ebá la eziste.

3. Majistradu no funcionáriu judisiál sira tenke promove adosaun no utilizasaun instrumentu prosesuál sira ho lian rua.

#### **Artigo 11.º**

##### **Direitu ba interpretasaun no tradusaun iha prosesu penal**

1. Iha âmbito prosesu penal, bainhira de'it lian ne'ebé uza iha prosesu la'ós lian suspeitu ka arguidu nian no nia la bele kompriende, sei asegura:

a) Interpretasaun durante tramitasaun penal iha autoridade sira investigasaun no judisiál nia oin, liuliu durante interrogatóriu polísia nian, audénsia iha tribunál no audénsia interkalár hirak-ne'ebé konsidera nu'udar nesesáriu;

b) Tradusaun ba dokumentu esensiál sira atu salvaguarda ezersísiu direitu defeza nian no hatuur garantia ba ekuidade prosesu, liuliu desizaun hirak-ne'ebé inpoin medida privativa

b) A tradução dos documentos essenciais à salvaguarda do exercício do direito de defesa e à garantia da equidade do processo, nomeadamente das decisões que imponham uma medida privativa de liberdade, a acusação e as sentenças.

2. A interpretação e a tradução disponibilizadas nos termos do número anterior devem ter a qualidade suficiente para garantir a equidade do processo, assegurando designadamente que o suspeito ou arguido tenha conhecimento das acusações e provas contra ele deduzidas e seja capaz de exercer o seu direito de defesa.

### **CAPÍTULO III**

## **FORMAÇÃO E ENSINO DAS LÍNGUAS**

### **OFICIAIS**

#### **Artigo 12.º**

#### **Formação e ensino das línguas oficiais no sector da justiça**

1. O Ministério da Justiça, através do Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ), em conjunto com os órgãos das demais entidades do sector da justiça, promove o ensino e a formação das línguas oficiais.

2. Para os efeitos do disposto no número anterior, é assegurada formação obrigatória nas duas línguas oficiais no âmbito dos cursos de ingresso e acesso às carreiras profissionais do sector da justiça, nomeadamente dos magistrados, defensores públicos, advogados, oficiais de justiça, investigadores criminais, auditores, conservadores e notários e outros profissionais que desempenhem funções na área jurídica ou judiciária.

3. É assegurado a todos os candidatos seleccionados no

liberdade, akuzasaun no sentensa.

2. Interpretasaun no tradusaun número 1refere tenke iha qualidade suficiente hodi garante ekuidade prosesu, asegura liuliu katak suspeitu ka arguidu iha koñesimentu ba akuzasaun no prova sira ne'ebé kontra nia no sei ezerse ninia direitu ba defeza.

### **KAPÍTULO III**

## **FORMASAUN E ENSINU LIAN OFISIÁL SIRA**

#### **Artigo 12.º**

#### **Formasaun no ensinu lian ofisiál sira iha setór justisa**

1. Ministériu Justisa, liuhosi Sentru Formasaun Jurídika no Judisiária (SFJJ), hamutuk ho órgaun hirak seluk hosi entidade setór justisa nian, promove ensinu no formasaun ba lian ofisiál sira.
2. Ba efeito sira número liubá prevee, sei asegura formasaun obrigatória ba lian ofisiál rua iha âmbito kursu sira ingresu nian no asesu ba carreira profesionál iha setór justisa, liuliu majistradu, defensor públiku, advogadu, ofisiál justisa, investigadór kriminál, auditór, konservadór no notáriu no profesionál hirak seluk ne'ebé dezempeña funsaun sira área jurídica no judisiária.
3. Sei asegura atu kandidatu selesionadu hotu-hotu, iha âmbito konkursu rekrutamentu ka selesaun ba dezempeña kargu no funsaun sira iha órgaun no servisu sira setór justisa nian atu realiza kursu formasaun iha lian português ka lian tetun, conforme nesesidade ne'ebé iha.

âmbito de concursos de recrutamento e selecção para o desempenho de cargos e funções nos órgãos e serviços do sector da justiça a realização de um curso de formação em língua portuguesa ou em língua tétum, consoante a necessidade demonstrada.

#### **CAPÍTULO IV DESENVOLVIMENTO DO TÉTUM JURÍDICO**

##### **Artigo 13.º**

###### **Desenvolvimento do tétum jurídico**

1. O desenvolvimento do tétum jurídico cabe aos serviços competentes do Ministério da Justiça, nomeadamente o Departamento de Tradução Jurídica da Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação (DTJ/DNAJL) e o CFJJ, no âmbito das suas competências legais próprias.
2. O desenvolvimento do tétum jurídico segue o tétum padrão do Instituto Nacional de Linguística.

##### **Artigo 14.º**

###### **Conselho Especializado para o Desenvolvimento do Tétum Jurídico**

1. É criado o Conselho Especializado para o Desenvolvimento do Tétum Jurídico (CEDTJ), responsável pelo desenvolvimento de vocabulário jurídico em língua tétum.
2. O CEDTJ é composto por:
  - a) Dois representantes do DTJ/DNAJL;
  - b) Um representante do CFJJ;
  - c) Um representante por cada organismo ou serviço que cumpra atribuições no âmbito do sistema jurídico, nomeadamente, os tribunais, o Ministério Público, a

#### **KAPÍTULU IV**

#### **DEZENVOLVIMENTU TETUN JURÍDIKU**

##### **Artigu 13.º**

###### **Dezenvolvimentu tetun jurídiku**

1. Dezenvolvimentu ba tetun jurídiku nu'udar kompeténsia servisu competente sira Ministériu Justisa nian, liuliu Departamentu Tradusaun Jurídika hosi Diresaun Nasionál Asesoria Jurídika no Lejizlasaun (DTJ/DNAJL) no SFJJ, tuir âmbito ninia kompeténsia legál sira rasik.
2. Dezenvolvimentu tetun jurídiku tuir tetun padraun Institutu Nasionál Linguístika nian.

##### **Artigu 14.º**

###### **Konsellu espesializadu ba dezenvolvimentu tetun jurídiku**

1. Sei harii Konsellu Espesializadu ba Dezenvolvimentu Tetun Jurídiku (SED TJ), ne'ebé responsavel ba dezenvolvimentu vokabuláriu jurídiku iha Dalen-tetun.
2. SED TJ forma hosi:
  - a) Representante na'in-rua hosi DTJ/DNAJL;
  - b) Representante na'in-ida hosi SFJJ;
  - c) Representante na'in-ida hosi organizmu ka servisu ida-idak ne'ebé kumpre atribuisaun iha âmbito sistema justisa, liuliu, tribunál, Ministériu Públiku, Defensoria Públika, Kámara Kontras, Polísia Sientífika Investigasaun Kriminál;
  - d) Representante na'in-ida hosi Prezidénsia Konsellu Ministru;
  - e) Representante na'in-ida hosi Ministériu Edukasaun;
  - f) Representante na'in-rua hosi Institutu

Defensoria Pública, a Câmara de Contas, a Polícia Científica de Investigação Criminal;

d) Um representante da Presidência do Conselho de Ministros;

e) Um representante do Ministério da Educação;

f) Dois representantes do Instituto Nacional de Linguística;

g) Dois tradutores-intérpretes jurídicos e dois juristas, de reputada experiência, nomeados pelo Ministro da Justiça.

### 3. Cabe ao CEDTJ:

a) Padronizar o tétum jurídico;

b) Garantir o rigor técnico-jurídico e a uniformização da terminologia jurídica utilizada nas versões em língua tétum, de forma a permitir o alargamento da utilização da língua tétum no processo legislativo e nos tribunais;

c) Garantir que o desenvolvimento do tétum jurídico segue o tétum padronizado;

d) Estabelecer uma metodologia de tradução jurídica adequada à situação timorense que dê consistência técnica e jurídica às versões em língua tétum dos actos normativos produzidos;

e) Desenvolver uma linguagem jurídica própria e específica em língua tétum, base indispensável à tradução da legislação e à redacção em língua tétum dos projectos legislativos;

f) Propor a adopção de terminologia e de vocabulário jurídico em língua tétum, nos termos da lei;

Nasionál Linguística;

g) Tradutor-intérprete jurídiku na'in-rua no jurista na'in-rua, ne'ebé ho esperiénsia kle'an be Ministru Justisa maka nomeia.

### 3. SEDTJ iha kompeténsia atu:

a) Padroniza tetun jurídiku;

b) Garante rigór tékniku-jurídiku no uniformizasaun ba terminolojia jurídika ne'ebé utiliza iha versaun lian tetun, hodi loke dalan atu haluan utilizasaun Dalen-tetun iha prosesu lejizlativu no tribunál sira;

c) Garante katak dezenvolvimentu tetun jurídiku nian sei tuir tetun padronizadu;

d) Estabelese metodolojia tradusaun jurídika ida ne'ebé adequada ho situasaun timór nian ne'ebé sei fó konsisténsia téknika no jurídika ba versaun sira Dalen-tetun iha aktu normativu ne'ebé prodús tiha ona;

e) Dezenvolve linguajen jurídika rasik ida no espesífika iha lian tetun, ne'ebé nu'udar baze indispensavel ba tradusaun lejizlasaun no hakerek projetu lejizlativu sira ho Dalen-tetun;

f) Propoin adosaun ba terminolojia no vokabuláriu jurídiku iha Dalen-tetun, tuir lei;

g) Adota instrumentu jurídiku hira-ne'ebé permite atu estabelese kritériu hodi rezolve diverjénsia sira interpretasaun nian maihosi ezisténsia versaun rua autentikada ba aktu normativu úniku ida;

h) Apresenta rekomendasaun sira hodi hametin qualidade tékniku-jurídiku hosi tradusaun lejizlasaun vijente nian ho Dalen-tetun no halo revizaun ba tradusaun sira ne'ebé publika tiha ona uluk liubá.

### 4. Koordenasaun SEDTJ nian kordenadór ida, ne'ebé Ministru Justisa sei hatudu, ne'ebé

g) Adoptar instrumentos jurídicos que permitam estabelecer critérios de resolução de divergências de interpretação resultantes da existência de duas versões autenticadas de um único acto normativo;

h) Apresentar recomendações no sentido de assegurar a qualidade técnico-jurídica da tradução da legislação vigente em língua tétum e da revisão das traduções publicadas anteriormente.

4. A coordenação do CEDTJ é assegurada por um coordenador, designado pelo Ministro da Justiça, cabendo ao DTJ/ DNAJL do Ministério da Justiça assegurar o apoio necessário ao seu funcionamento.

5. O CEDTJ tem natureza técnica e consultiva, pelo que os seus elementos devem ter conhecimentos especializados no domínio linguístico, nas línguas portuguesa e ou tétum ou na área jurídica.

6. O estabelecimento e as regras de organização e funcionamento do CEDTJ são definidas por decreto do Governo.

**CAPÍTULO V**  
**SERVIÇO DE TRADUÇÃO E**  
**INTÉRPRETAÇÃO**  
**JURÍDICA**

**Artigo 15.º**

**Tradutores e intérpretes jurídicos da língua portuguesa e da língua tétum**

1. O exercício das actividades de tradução e interpretação jurídica nos órgãos e serviços do sector da justiça é assegurado por profissionais devidamente qualificados, cujo perfil de competência se caracteriza

DTJ/DNAJL Ministériu Justisa nian maka nu'udar responsavel atu aseguira apoiu administrativu nesesáriu ba ninia funcionamentu.

5. SEDTJ iha natureza téknika no konsultiva, ne'ebé ninia elementu sira tenke iha koñesimentu espesializadu ba domíniu linguístiku, Dalen-Portugés no Dalen-tetun ka área jurídika.

6. Dekretu Governu nian maka sei define estabelesimentu no regra sira organizaun nomós funcionamentu SEDTJ nian.

**KAPÍTULU V**  
**SERVISU TRADUSAUN NO**  
**INTERPRETASAUN JURÍDIKA**

**Artigu 15.º**

**Tradutór no intérprete jurídku sira iha dalen-portugés no tetun nian**

1. Atu ezerse atividade tradusaun no interpretasaun jurídika iha órgaun no servisu sira setór justisa nian, profisionál sira maka sei aseguira no profisionál sira-ne'e ho kaulifikasaun rasik, ne'ebé ho perfl kompeténsia maihosi koñesimentu kle'an ba lian ofisiál rua, domíniu ba vokabuláriu jurídku no kapasidade hodi interpreta, analiza no avalia problema komprensaun nian no prodús konteúdu normativu iha forma eskrita nomós orál.

2. Selesaun no rekrutamentu ba tradutór no intérprete jurídku sira tuir saida maka kapítulu ida-ne'e hateten nomós regra legál jerál aplikavel sira.

3. Remunerasaun ba tradutór no intérprete jurídku sira sei fiksa liuhosi despaxu konjuntu Ministru Justisa nomós Ministru Finansas nian.

**Artigu 16.º**

pelo conhecimento aprofundado das duas línguas oficiais, pelo domínio do vocabulário jurídico e pela capacidade de interpretar, analisar e avaliar os problemas da compreensão e a produção dos conteúdos normativos, na forma escrita e na forma oral.

2. A selecção e recrutamento dos tradutores e intérpretes jurídicos segue o disposto no presente capítulo e as demais regras legais gerais aplicáveis.

3. A remuneração dos tradutores e intérpretes jurídicos é fixada por despacho conjunto do Ministro da Justiça e do Ministro das Finanças.

### **Artigo 16.º**

#### **Conteúdo funcional**

A actividade de tradutor e intérprete jurídico desenvolve-se através das seguintes funções:

- a) Exercer funções de natureza executiva de aplicação técnica com base nos conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através da habilitação académica e ou formação profissional com uma metodologia especializada na área da tradução, oral e escrita, e revisão de conteúdos de carácter jurídico, nas línguas portuguesa e tétum;
- b) Assegurar a tradução escrita de actos normativos e outros documentos jurídicos da língua portuguesa para a língua tétum;
- c) Efectuar a interpretação consecutiva ou simultânea da expressão oral nas línguas portuguesa e tétum;
- d) Prestar o apoio necessário aos serviços das instituições do sector da justiça em matéria de tradução, oral e escrita;
- e) Assegurar os serviços de tradução-interpretação

#### **Konteúdu**

#### **funsionál**

Atividade tradutór no intérprete jurídku nian sei dezenvolve liuhosi knaar hirak tuirmai:

- a) Ezerse knaar ho natureza ezekutivu hodi aplika téknika tuir koñesimentu tékniku, teóriku, práttiku sira ne'ebé hetan liuhosi abilitasaun akadémika no ka formasaun profisionál ho metodolojia ida espesializadu ba área tradusaun, orál no eskrita, no halo revizaun ba konteúdu sira karákteer jurídku iha lian sira portugés nomós tetun;
- b) Asegura tradusaun eskrita ba aktu normativu no dokumentu jurídku sira iha dalen-portugés ba dalen-tetun;
- c) Halo interpretasaun konsekutiva ka simultânea espresaun orál nian iha lian portugés no tetun;
- d) Fó apoiu ne'ebé presiza ba servisu sira instituisaun setór justisa nian kona-ba matéria tradusaun orál ka eskrita;
- e) Asegura servisu sira tradusaun-interpretasaun durante tramitasaun penál iha autoridade investigasaun nia oin no autoridade judisiál, liuliu durante interrogatóriu polisiál sira, audénsia iha tribunál nomós audénsia interkalár sira ne'ebé hatudu katak presiza duni.

### **Artigo 17.º**

#### **Rekizitu sira hodi hala'o knaar nu'udar tradutór no intérprete jurídku**

1. Atu ezerse atividade tradutór no intérprete jurídku nian iha dalen portugés no tetun iha órgaun ka servisu setór justisa nian depende ba admisaun iha konkursu públiku nomós tuir kursu formasaun espesífiku.
2. La sakar fali saida maka número liubá prevee, nu'udar rekizitu hodi hala'o knaar tradutór no

durante a tramitação penal perante as autoridades de investigação e as autoridades judiciais, inclusive durante os interrogatórios policiais, as audiências no tribunal e as audiências intercalares que se revelarem necessárias.

#### **Artigo 17.º**

##### **Requisitos para o exercício da actividade de tradutor e intérprete jurídico**

1. O exercício da actividade de tradutor e intérprete jurídico nas línguas portuguesa e tétum em órgão ou serviço do sector da justiça depende da admissão em concurso público e da frequência de curso de formação específico.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, são requisitos de acesso à actividade de tradutor e intérprete jurídico de língua portuguesa e língua tétum:

- a) Ter mestrado, licenciatura ou bacharelato em língua portuguesa, em língua tétum ou outras línguas, em tradução ou interpretação, em direito ou outra área relevante;
- b) Possuir conhecimento aprofundado, escrito e falado, de uma das línguas oficiais e um domínio perfeito da outra;
- c) Cumprir os demais requisitos legais exigidos para acesso à função pública.

#### **Artigo 18.º**

##### **Regras sobre a abertura e tramitação do concurso público de selecção e recrutamento e do curso de formação de tradutor e intérprete jurídico**

1. A abertura de concurso público para selecção e

intérprete jurídku nian hosi lian portugés no dalen tetun:

- a) Mestradu, lisensiatu ka baxarelatu iha dalen portugés, lian tetun ka dalen hirak seluk, tradusaun ka interpretasaun, direitu ka área relevante seluk;
- b) Iha koñesimentu kle'an, eskritu no ko'alia ba lian ofisiál rua ne'e ida no iha domíniu perfeitu dalen seluk nian;
- c) Kumpre rekizitu legál sira seluk ne'ebé maka hatada atu hetan asesu ba funsaun públika.

#### **Artigu 18.º**

##### **Regra sira kona-ba abertura no tramitasaun ba konkursu públiku selesaun no rekrutamentu nomós kursu formasaun tradutór no intérprete jurídku nian**

1. Loke konkursu públiku ba selesaun no rekrutamentu tradutór no intérprete iha dalen portugés no tetun sei hetan autorizasaun liuhosi dexpasu Ministru Justisa tuir proposta órgaun responsavel ba organizmu ka servisu ne'ebé iha interese hodi promove ninia realizasaun.

2. Konkursu sira rekrutamentu no selesaun ba tradutór no intérprete jurídku hosi dalen portugés no dalen tetun no kursu formasaun espesífiku rasik, Sentru FormasaunJurídku no Judisiáriu maka sei organiza, sei aplika mós regra jerál sira ne'ebé prevee iha rejime atividade ba formasaun Sentru Formasaun Jurídika no Judisiáriu nian.

#### **KAPÍTULU VI**

##### **DISPOZISAUN FINÁL SIRA**

#### **Artigu 19.º**

recrutamento de tradutores e intérpretes das línguas portuguesa e tétum é autorizada por despacho do Ministro da Justiça, sob proposta do órgão responsável pelo organismo ou serviço que tiver interesse em promover a sua realização.

2. Os concursos de recrutamento e selecção de tradutor e intérprete jurídico da língua portuguesa e da língua tétum e o curso de formação específica respectivo são organizados pelo Centro de Formação Jurídica e Judiciária, aplicando-se as regras gerais previstas no regime das actividades de formação do Centro de Formação Jurídica e Judiciária.

## **CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Artigo 19.º**

#### **Entidade competente**

O DTJ/DNAJL do Ministério da Justiça é a entidade competente para a execução do presente decreto-lei.

### **Artigo 20.º**

#### **Plano de Acção e orçamento da política de línguas no sector da justiça**

1. A implementação do regime de utilização das línguas oficiais no sector da justiça obedece ao Plano de Acção da política de línguas no sector da justiça.

2. A elaboração do Plano de Acção e do plano de orçamento necessário para sua implementação cabe à DTJ/DNAJL.

3. Com vista a apoiar a elaboração do Plano de Acção e do plano de orçamento referido no número anterior, o Ministro da Justiça procede, por despacho, à constituição de um grupo de trabalho composto por

#### **Entidade**

#### **kompetente**

DTJ/DNAJL Ministériu Justisa nian maka entidade kompetente hodi ezejuta dekretu-lei ida-ne'e.

### **Artigo 20.º**

#### **Planu Asaun no orsamentu ba polítika dalen sira-nian iha setór justisa**

1. Atu implementa rejime hodi utiliza lian ofisiál sira iha setór justisa tenke tuir Planu Asaun polítika ba dalen sira iha setór justisa nian.

2. Elaborasaun Planu Asaun no planu orsamentu ne'ebé nesesáriu hodi impelmenta nu'udar responsabilidade DTJ/DNAJL nian.

3. Ho nia objetivu hodi fó-tulun ba elaborasaun Planu Asaun nomós Planu Orsamentu ne'ebé número liubá refere maka Ministru Justisa halo liuhosi despaxu atu harii grupu traballu ida ne'ebé kompostu ho representante sira hosi servisu ida-idak nomós órgaun sira setór justisa nian.

4. Planu Asaun no planu orsamentu ne'ebé temia iha número sira liubá, aprova hosi Ministru Justisa, hafoin rona Konsellu Koordenasaun Justisa, iha prazu másimu loron-120 nia laran sura ho data entrada-en-vigór dekretu-lei.

### **Artigo 21.º**

#### **Tradusaun ba aktu normativu sira ne'ebé publika uluk liubá nian**

Sei asegura republikasaun graduál iha formatu bilinge hosi aktu normativu sira be hatada kona-ba sistema justisa, ne'ebé maka publika de'it iha dalen ofisiál ida, to'o dekretu-lei ida-ne'e hahú vigora.

representantes de cada um dos serviços e órgãos do sector da justiça.

4. O Plano de Acção e plano de orçamento a que se referem os números anteriores, é aprovado pelo Ministro da Justiça, após audição do Conselho de Coordenação da Justiça, no prazo máximo de 120 dias a contar da entrada em vigor do presente decreto-lei.

#### **Artigo 21.º**

##### **Tradução de actos normativos anteriores publicados**

É assegurada a republicação gradual em formato bilingue dos actos normativos referentes ao sistema de justiça que, até à entrada em vigor do presente decreto-lei, tenham sido apenas publicados numa das línguas oficiais.

#### **Artigo 22.º**

##### **Entrada em vigor**

1. O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.

2. As disposições cuja implementação exija previsão e disponibilidade orçamental específica, designadamente para efeitos do disposto nos n.º 4 e 6 do artigo 14.º, dos n.º 2 e 3 do artigo 15.º e do artigo 18.º, produzem efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2018.

Aprovado em Conselho de Ministros, em 17 de janeiro de 2017.

O Primeiro-Ministro,

\_\_\_\_\_  
**Dr. Rui Maria de Araújo**

O Ministro da Justiça,

#### **Artigo 22.º**

##### **Hahú hala' o knaar ho kbiit legál**

1. Dekretu-Lei ida-ne'e hahú vigora iha loron tatur hafoin loron ne'ebé halo ninia publikasaun.

2. Dispozisaun sira ne'ebé hatada kona-ba implementasaun ezije previzaun no disponibilidade orsamentu espesífiku, liuliu ba saida maka hakerek iha artigo 14.º ninia número sira 4 no 6, artigo 15.º ninia n.º 2 no 3 nomós artigo 18.º, prodús efeitu hahú loron 1 janeiru 2018.

Aprova iha Konsellu Ministru, iha 17 janeiru 2017.

Primeiru Ministru,

\_\_\_\_\_  
**Dr. Rui Maria de Araújo**

Ministru Justisa,

##### **Ivo Valente**

Promulga iha 8/03/2017

Bele publika

Prezidente Repúblika,

\_\_\_\_\_  
**Taur Matan Ruak**

**Ivo Valente**

Promulgado em 8 / 03 / 2017

Publique-se.

O Presidente da República,

---

**Taur Matan Ruak**



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA